

Sumário

Abreviaturas e siglas usadas	35
-------------------------------------------	-----------

TÍTULO I

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

Capítulo 1 ► Direito constitucional	41
1. Natureza	41
2. Definição	42
3. Objeto	42
4. Fontes de juridicidade	42
4.1. Fontes do direito constitucional.....	43
4.1.1. Os costumes constitucionais.....	44
4.1.2. A criação judicial do direito	45
4.1.3. A doutrina como fonte indireta de produção do direito.....	47
Capítulo 2 ► Constitucionalismo	49
1. Definição	49
2. Evolução histórica.....	50
2.1. Constitucionalismo antigo	50
2.1.1. Estado hebreu.....	50
2.1.2. Grécia	51
2.1.3. Roma.....	51
2.1.4. Inglaterra.....	51
2.2. Constitucionalismo moderno	52
2.2.1. O surgimento das constituições liberais.....	53
2.2.1.1. A experiência estadunidense.....	53
2.2.1.2. A experiência francesa	54
2.2.2. O surgimento das constituições sociais	56
2.3. Constitucionalismo contemporâneo	58
2.4. Constitucionalismo do futuro	60
2.5. Transconstitucionalismo	61
2.6. Quadro: evolução histórica do constitucionalismo.....	62
Capítulo 3 ► Pós-positivismo e neoconstitucionalismo.....	63
1. Pós-positivismo	63
1.1. O pós-positivismo metodológico.....	63

1.2. O pós-positivismo ético	64
1.3. O pós-positivismo teórico.....	64
2. Neoconstitucionalismo	65
2.1. O neoconstitucionalismo como modelo constitucional	65
2.2. O neoconstitucionalismo teórico.....	66
2.3. O neoconstitucionalismo ideológico	66
3. Diferenças entre o pós-positivismo e o neoconstitucionalismo	67
3.1. As diferentes pretensões: teoria universal x teoria particular	67
3.2. A relação entre direito e moral	68
3.3. Quadro comparativo.....	70
Capítulo 4 ► Poder Constituinte	71
1. Poder Constituinte Originário.....	71
1.1. Espécies	71
1.2. O fenômeno constituinte.....	72
1.3. Natureza	73
1.4. Titularidade e exercício	74
1.5. Características essenciais.....	74
1.6. Limitações materiais.....	74
1.7. Legitimidade.....	75
1.8. Quadro: Poder Constituinte Originário (PCO)	76
2. Poder Constituinte Decorrente	76
2.1. Natureza	77
2.2. Características.....	77
2.3. Existe Poder Constituinte Decorrente fora dos Estados-membros?	78
2.4. Limitações impostas à auto-organização dos Estados.....	79
2.5. Quadro: Poder Constituinte Decorrente (PCD)	80
3. Poder Constituinte Derivado	80
3.1. Limitações impostas ao Poder Reformador.....	81
3.1.1. Limitações temporais.....	81
3.1.2. Limitações circunstanciais	81
3.1.3. Limitações formais (processuais ou procedimentais)	81
3.1.4. Limitações materiais (ou substanciais).....	84
3.1.4.1. Cláusulas pétreas expressas	85
3.1.4.2. Cláusulas pétreas implícitas.....	89
3.2. Limitações impostas ao Poder Revisor.....	91
3.3. Quadro comparativo.....	92
4. Poder Constituinte Supranacional	93
Capítulo 5 ► A constituição	95
1. Conceito	95
2. Objeto	95
3. Elementos	96

4. Fundamentos	97
4.1. Conceção sociológica	97
4.2. Conceção política	97
4.3. Conceção jurídica	98
4.4. Conceção normativa.....	98
4.5. Conceção culturalista	99
5. A constituição e o seu papel.....	100
5.1. Constituição-lei.....	100
5.2. Constituição-fundamento (Constituição-total)	100
5.3. Constituição-moldura	101
5.4. Constituição dúctil (Constituição suave).....	101
6. Classificações das constituições	101
6.1. Quanto à forma.....	102
6.2. Quanto à sistemática	102
6.3. Quanto à origem	102
6.4. Quanto ao modo de elaboração.....	103
6.5. Quanto à identificação das normas constitucionais	104
6.6. Quanto à estabilidade	105
6.7. Quanto à extensão	106
6.8. Quanto à função (ou estrutura).....	106
6.9. Quanto à dogmática	107
6.10. Quanto à origem da decretação.....	108
6.11. Quanto à ideologia	109
6.12. Quanto à finalidade	109
6.13. Classificação ontológica	110
6.14. Classificações da Constituição de 1988	111
6.15. Quadro: classificações das constituições.....	111
7. Histórico das constituições brasileiras	112
7.1. Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)	113
7.1.1. Contexto histórico.....	113
7.1.2. Principais características	113
7.2. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891) ..	117
7.2.1. Contexto histórico.....	117
7.2.2. Principais características	118
7.3. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)	121
7.3.1. Contexto histórico.....	121
7.3.2. Principais características	121
7.4. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937).....	124
7.4.1. Contexto histórico.....	124
7.4.2. Principais características	124
7.5. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946).....	128
7.5.1. Contexto histórico.....	128
7.5.2. Principais características	128

7.6. Constituição do Brasil (24 de janeiro de 1967)	130
7.6.1. Contexto histórico	130
7.6.2. Principais características	131
7.7. Emenda Constitucional n. 1 de 1969 (editada em 17 de outubro de 1969).....	133
Capítulo 6 ► Classificações das normas constitucionais.....	135
1. Esclarecimentos preliminares	135
2. Classificações quanto à eficácia	136
2.1. Classificação proposta por José Afonso da Silva	136
2.1.1. Normas constitucionais de eficácia plena	136
2.1.2. Normas constitucionais de eficácia contida.....	137
2.1.3. Normas constitucionais de eficácia limitada.....	138
2.1.3.1. Normas de princípio institutivo (ou organizatório)	138
2.1.3.2. Normas de princípio programático	139
2.2. Classificação proposta por Maria Helena Diniz.....	139
2.3. Classificação proposta por Celso Bastos e Carlos Ayres Britto.....	140
2.4. Outras classificações.....	140
3. Classificações quanto à espécie.....	141
3.1. Critérios de distinção entre princípios e regras.....	142
3.1.1. Critério distintivo proposto por Peczenik e Hage	142
3.1.2. Critérios distintivos propostos por Humberto Ávila	143
3.1.3. Critério distintivo proposto por Ronald Dworkin	143
3.1.4. Critério distintivo proposto por Robert Alexy	144
Capítulo 7 ► Conflito de normas	147
1. Conflitos entre regras	148
2. Conflitos entre princípios.....	149
3. Conflitos entre regras e princípios.....	152
Capítulo 8 ► Normas constitucionais no tempo	155
1. Revogação	155
2. Teoria da desconstitucionalização.....	155
3. Recepção	156
4. Repristinação	158
5. Mutação constitucional.....	159
6. Constitucionalidade superveniente.....	160
Capítulo 9 ► Hermenêutica constitucional.....	163
1. Considerações preliminares	163
2. Cânones tradicionais.....	164
3. Contribuições da dogmática alemã	166
3.1. Princípios de interpretação da constituição	167

3.1.1. Princípio da unidade da constituição	167
3.1.2. Princípio do efeito integrador	168
3.1.3. Princípio da concordância prática (ou harmonização).....	169
3.1.4. Princípio da força normativa.....	170
3.1.5. Princípio da máxima efetividade (interpretação efetiva ou eficiência)	170
3.1.6. Princípio da conformidade funcional (exatidão funcional, correção funcional ou “justeza”).....	171
3.2. Métodos de interpretação constitucional	172
3.2.1. Método hermenêutico clássico (ou método jurídico)	172
3.2.2. Método científico-espiritual	172
3.2.3. Método tópico-problemático	173
3.2.4. Método hermenêutico-concretizador.....	174
3.2.5. Método normativo-estruturante	175
3.2.6. Método concretista da constituição aberta	176
3.2.7. Quadro comparativo.....	178
4. Contribuições da doutrina estadunidense	179
4.1. Interpretativismo x não interpretativismo.....	179
4.2. Teoria do “reforço da democracia”	180
4.3. Minimalismo e maximalismo	181
4.4. Pragmatismo jurídico	182
4.5. A leitura moral da constituição	184
5. Preâmbulo.....	188
6. Integração da constituição.....	189

TÍTULO II

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Capítulo 10 ► Teoria Geral do Controle de Constitucionalidade	193
1. A supremacia da constituição	193
2. Bloco de constitucionalidade	194
3. Natureza da norma inconstitucional.....	194
4. Formas de inconstitucionalidade	195
4.1. Quanto ao tipo de conduta.....	195
4.1.1. Estado de coisas inconstitucional.....	197
4.2. Quanto à norma constitucional ofendida	198
4.3. Quanto à extensão	199
4.4. Quanto ao momento	199
4.5. Quanto ao prisma de apuração.....	202
4.6. Quadro: formas de inconstitucionalidade	203
5. Formas de controle de constitucionalidade	203
5.1. Quanto ao momento	203
5.2. Quanto à natureza do órgão	208
5.3. Quanto à finalidade	209
5.4. Quanto ao tipo de pretensão deduzida em juízo.....	210

5.5. Quanto à competência	210
5.6. Quadro: formas de controle de constitucionalidade	212
Capítulo 11 ► Controle difuso de constitucionalidade.....	213
1. Aspectos gerais.....	213
2. Cláusula da reserva de plenário.....	215
2.1. Súmula Vinculante nº 10.....	217
3. Suspensão da execução de lei pelo senado.....	219
4. A tendência de “abstrativização” do controle concreto	221
5. modulação temporal dos efeitos da decisão em controle difuso	224
6. A ação civil pública como instrumento de controle de constitucionalidade.....	226
Capítulo 12 ► Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.....	229
1. Aspectos introdutórios.....	229
2. Legitimidade ativa	230
3. Parâmetro (ou norma de referência)	234
4. Objeto	235
4.1. Perspectiva material	236
4.2. Perspectiva temporal	239
4.3. Perspectiva espacial.....	239
5. Aspectos processuais e procedimentais	240
5.1. Requisitos da petição inicial.....	240
5.2. Intervenção de terceiros e <i>amicus curiae</i>	242
5.3. Advogado-Geral da União	245
5.4. Procurador-Geral da República.....	246
6. Liminar.....	246
7. Decisão definitiva	249
7.1. Modulação temporal dos efeitos da decisão	253
7.2. Técnicas de decisão	255
7.2.1. Declaração de inconstitucionalidade com redução de texto	255
7.2.2. Decisões interpretativas	256
7.2.2.1. Interpretação conforme a constituição.....	256
7.2.2.2. Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.....	258
7.2.2.3. Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade.....	259
7.2.2.4. Inconstitucionalidade progressiva.....	260
7.2.3. Decisões manipulativas	260
7.2.3.1. Decisões manipulativas aditivas.....	260
7.2.3.2. Decisões manipulativas substitutivas	261
8. Recorribilidade.....	261
Capítulo 13 ► Arguição de descumprimento de preceito fundamental	263
1. Aspectos introdutórios.....	263
2. Legitimidade ativa e <i>amicus curiae</i>	265

3. Parâmetro	265
4. Hipóteses de cabimento.....	266
5. Objeto	268
6. Liminar.....	270
7. Decisão.....	271
8. Quadro: controle concentrado (ADI, ADC e ADPF).....	273

Capítulo 14 ► **Ação direta de inconstitucionalidade por omissão..... 275**

1. Aspectos introdutórios.....	275
2. Parâmetro (ou norma de referência)	275
3. Objeto	276
4. Legitimidade ativa	277
5. Legitimidade passiva	277
6. Competência.....	277
7. Procedimento	278
8. Liminar.....	278
9. Efeitos da decisão.....	279

Capítulo 15 ► **Controle normativo abstrato no âmbito estadual..... 281**

1. Representação de inconstitucionalidade	281
1.1. Competência.....	281
1.2. Legitimidade.....	281
1.3. Parâmetro.....	282
1.4. Objeto	283
1.5. Efeitos da decisão	284
2. Instituição de outras ações de controle normativo abstrato.....	286
3. Quadro: controle normativo abstrato nos Estados.....	287

Capítulo 16 ► **Representação interventiva** 289

1. Aspectos introdutórios.....	289
2. Representação interventiva federal.....	289
2.1. Quadro: representação interventiva federal	291
3. Representação interventiva estadual.....	292
3.1. Quadro: representação interventiva estadual	292

TÍTULO III

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Capítulo 17 ► **Estrutura, fundamentos e objetivos do Estado brasileiro..... 295**

1. Princípios estruturantes	295
1.1. Princípio republicano	296
1.2. Princípio federativo	297
1.2.1. Princípio da indissolubilidade do pacto federativo.....	297
1.3. Princípio do Estado Democrático de Direito	298
1.3.1. Estado liberal	298

1.3.2. Estado social	301
1.3.3. Estado Democrático de Direito (Estado constitucional democrático)	302
2. Princípio da separação dos poderes	304
3. Fundamentos	305
3.1. Soberania	306
3.2. Cidadania	307
3.3. Dignidade da pessoa humana	307
3.3.1. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais	310
3.4. Valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa	312
3.5. Pluralismo político	312
4. Objetivos fundamentais	314
5. Princípios regentes das relações internacionais	315
6. Quadro comparativo	320

TÍTULO IV

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Capítulo 18 ► Teoria dos direitos fundamentais	323
1. Esclarecimentos preliminares	323
2. Natureza	323
3. Classificação doutrinária dos direitos fundamentais	324
3.1. A teoria dos <i>status</i> (Georg Jellinek)	324
3.2. Classificação trialista	325
4. Caracteres	326
5. Os direitos fundamentais e suas dimensões (gerações)	328
6. Direitos e garantias dos direitos	330
7. Dos deveres fundamentais	330
8. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais	331
8.1. Teoria da ineficácia horizontal (doutrina da <i>state action</i>)	332
8.2. Teoria da eficácia horizontal indireta	332
8.3. Teoria da eficácia horizontal direta	333
9. Dimensão subjetiva e dimensão objetiva	333
9.1. Fundamentação objetiva e subjetiva	334
10. Suporte fático dos direitos fundamentais	335
10.1. Elementos	335
10.2. Espécies	337
10.3. Quadro: suporte fático	339
11. Conteúdo essencial	339
12. Restrições aos direitos fundamentais	341
12.1. Classificação	343
12.2. Quadro: classificação das restrições aos direitos fundamentais	345
13. Os limites dos limites	346
13.1. Requisito formal	346
13.2. Requisitos materiais	347

14. O postulado da proporcionalidade	347
14.1. O conteúdo do postulado da proporcionalidade	348
14.1.1. Adequação.....	348
14.1.2. Necessidade.....	349
14.1.3. Proporcionalidade em sentido estrito	350
14.2. Proibição de proteção insuficiente (proibição de proteção deficiente, proibição de insuficiência ou proibição por defeito)	352
14.3. Distinção entre proporcionalidade e razoabilidade.....	352
15. Concorrência e colisão	354
Capítulo 19 ► Direitos individuais e coletivos	357
1. Classificação constitucional.....	357
2. Direitos individuais	357
3. Direitos coletivos.....	357
4. Destinatários dos direitos individuais	358
5. Destinatários dos deveres: eficácia vertical e horizontal.....	360
6. A aplicação imediata das normas de direitos fundamentais	361
7. Tratados e convenções internacionais de direitos humanos.....	362
7.1. Quadro: posição hierárquica dos tratados internacionais.....	365
8. Tribunal Penal Internacional.....	365
8.1. Princípios.....	365
8.2. Aspectos polêmicos	366
Capítulo 20 ► Direitos individuais em espécie	369
1. Aspectos introdutórios.....	369
2. Direito à vida	370
2.1. Âmbito de proteção.....	370
2.2. Restrições (intervenções restritivas)	372
2.2.1. Aborto	374
2.2.1.1. Início da vida humana e proteção jurídica.....	375
2.2.1.2. A (i)legitimidade constitucional da descriminalização do aborto	377
2.2.1.2.1. Vida e dignidade do feto <i>versus</i> direitos fundamentais da gestante.....	377
2.2.1.2.2. O aborto como problema de saúde pública	378
2.2.1.3. A não criminalização do aborto no direito comparado	379
2.2.2. Eutanásia e conceitos afins	379
2.3. Quadro: direito à vida.....	381
3. Direito à igualdade.....	382
3.1. Evolução histórica	382
3.2. Igualdade jurídica e Igualdade fática	382
3.3. O direito à igualdade na Constituição de 1988.....	385
3.4. A dimensão objetiva e subjetiva do direito à igualdade	387
3.5. Âmbito de proteção e intervenção.....	387

3.6. Os destinatários do dever de igualdade	390
3.7. Ações afirmativas	391
4. Direito à privacidade	395
4.1. Direito à intimidade, vida privada, honra e imagem	395
4.1.1. Âmbito de proteção	395
4.1.2. Restrições (intervenções restritivas)	397
4.1.2.1. Interceptação ambiental (escuta ambiental)	398
4.1.2.2. Gravação clandestina	399
4.1.2.3. Quebra do sigilo de dados	400
4.1.3. Quadro: direito à intimidade, vida privada, honra e imagem	403
4.2. Inviolabilidade do domicílio	403
4.2.1. Âmbito de proteção	404
4.2.2. Restrições (intervenções restritivas)	404
4.2.3. Quadro: inviolabilidade do domicílio	408
5. Direito à liberdade	408
5.1. Liberdade de manifestação do pensamento	408
5.1.1. Âmbito de proteção	409
5.1.2. Restrições (intervenções restritivas)	410
5.1.3. Quadro: liberdade de manifestação do pensamento	413
5.2. Liberdade de consciência, de crença e de culto	413
5.2.1. Âmbito de proteção	414
5.2.1.1. Objeção de consciência (escusa de consciência ou imperativo de consciência)	414
5.2.1.2. Liberdade religiosa e dever de neutralidade do Estado	419
5.2.2. Restrições (intervenções restritivas)	421
5.3. Liberdade de comunicação pessoal	425
5.3.1. Âmbito de proteção	426
5.3.2. Restrições (intervenções restritivas)	427
5.3.3. Quadro: liberdade de comunicação pessoal	430
5.4. Liberdade de exercício profissional	431
5.4.1. Âmbito de proteção	431
5.4.2. Restrições (intervenções restritivas)	431
5.4.3. Quadro: liberdade de exercício profissional	432
5.5. Liberdade de informação	432
5.5.1. Âmbito de proteção	432
5.5.2. Restrições (intervenções restritivas)	434
5.5.3. Quadro: liberdade de informação	437
5.6. Liberdade de locomoção	437
5.6.1. Âmbito de proteção	437
5.6.2. Restrições (intervenções restritivas)	437
5.6.3. Quadro: liberdade de locomoção	439
5.7. Liberdade de reunião	439
5.7.1. Âmbito de proteção	439
5.7.2. Restrições (intervenções restritivas)	440
5.7.3. Quadro: liberdade de reunião	441

5.8. Liberdade de associação.....	441
5.8.1. Âmbito de proteção.....	441
5.8.2. Restrições (intervenções restritivas).....	442
5.8.3. Quadro: liberdade de associação.....	442
6. Direito à propriedade.....	443
6.1. Âmbito de proteção.....	443
6.2. Restrições (intervenções restritivas).....	443
6.2.1. Princípio da função social da propriedade.....	444
6.2.2. Desapropriação.....	445
6.2.3. Requisição.....	448
6.2.4. Usucapião constitucional.....	450
6.2.5. Expropriação-sanção e confisco.....	450
6.3. Quadro: direito à propriedade.....	454

Capítulo 21 ► **Garantias individuais** **455**

1. Garantias relacionadas à segurança jurídica.....	456
1.1. Princípio da legalidade.....	456
1.2. Princípio da não retroatividade das leis.....	457
1.2.1. Direito adquirido.....	459
1.2.2. Ato jurídico perfeito.....	463
1.2.3. Coisa julgada.....	464
2. Garantias de natureza penal.....	467
2.1. Mandados constitucionais de criminalização.....	467
2.2. Garantias relativas às penas.....	469
2.2.1. Princípio da personalidade.....	470
2.2.2. Princípio da individualização da pena.....	471
2.2.3. Princípio da humanidade.....	476
2.3. Garantias relativas à prisão.....	477
2.3.1. Espécies de prisão.....	480
2.3.1.1. Prisão extrapenal.....	480
2.3.1.2. Prisão cautelar.....	482
2.3.2. Princípio da não autoincriminação.....	486
3. Garantias de natureza processual.....	488
3.1. Princípio da inafastabilidade da apreciação jurisdicional.....	488
3.2. Princípio do juiz natural.....	491
3.3. Princípio do devido processo legal.....	492
3.4. Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	493
3.5. Inadmissibilidade de provas ilícitas.....	497
3.6. Presunção de não culpabilidade.....	499
3.7. Princípio da razoável duração do processo.....	504

Capítulo 22 ► **Ações constitucionais** **505**

1. Aspectos introdutórios.....	505
2. <i>Habeas corpus</i>	506

2.1. Modalidades.....	506
2.2. Legitimidade.....	506
2.3. Objeto e objetivo.....	508
2.4. Considerações finais.....	509
3. <i>Habeas data</i>	509
3.1. Legitimidade ativa.....	510
3.2. Legitimidade passiva.....	511
3.3. Objeto e objetivo.....	511
3.4. Hipóteses de cabimento.....	512
3.4.1. Conhecimento de informações pessoais.....	512
3.4.2. Retificação de dados.....	513
3.4.3. Complementação de informações pessoais.....	513
3.5. Interesse de agir.....	513
3.6. Liminar e decisão de mérito.....	514
4. Mandado de segurança.....	515
4.1. Legitimidade ativa.....	515
4.2. Legitimidade passiva.....	519
4.3. Objeto e objetivo.....	520
4.4. Cabimento residual e vedações específicas.....	520
4.5. Prazo para impetração.....	522
4.6. Liminar.....	522
4.7. Decisão de mérito.....	523
5. Mandado de injunção.....	525
5.1. Legitimidade ativa.....	525
5.2. Legitimidade passiva.....	527
5.3. Objetivo e objeto.....	527
5.3.1. Espécies de omissão inconstitucional.....	528
5.4. Parâmetro de controle.....	529
5.5. Procedimento e competência.....	530
5.6. Liminar e decisão de mérito.....	532
5.7. Quadro comparativo: mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	536
6. Ação popular.....	537
6.1. Legitimidade ativa.....	538
6.2. Legitimidade passiva.....	539
6.3. Objeto: atos impugnáveis.....	540
6.4. Objeto.....	540
6.5. Tutela preventiva e reparatória.....	541
6.6. Requisitos específicos: binômio ilegalidade-lesividade.....	541
6.7. Competência.....	543
6.8. Liminar.....	544
6.9. Decisão de mérito.....	544
7. Quadro: ações constitucionais.....	545

Capítulo 23 ► Direitos sociais	547
1. Aspectos introdutórios.....	547
2. A adjudicação dos direitos sociais.....	547
3. Reserva do possível.....	549
4. Mínimo existencial	551
5. Princípio da vedação de retrocesso.....	552
6. Direitos sociais em espécie	554
6.1. Direito à moradia	555
6.2. Direitos individuais dos trabalhadores	556
6.2.1. Direito ao trabalho e à garantia do emprego	558
6.2.2. Direitos sobre as condições de trabalho	559
6.2.3. Direitos relativos ao salário	559
6.2.4. Direitos relativos ao repouso e à inatividade do trabalhador.....	561
6.2.5. Direitos de proteção dos trabalhadores	562
6.2.6. Direitos relativos aos dependentes do trabalhador.....	563
6.2.7. Direito de participação dos trabalhadores.....	563
6.3. Direitos coletivos dos trabalhadores.....	564
6.3.1. Liberdade de associação profissional e sindical	564
6.3.2. Direito de greve.....	568
6.3.3. Participação em colegiados de órgãos públicos	570
Capítulo 24 ► Direitos de nacionalidade	571
1. Conceito	571
2. Espécies de nacionalidade	572
2.1. Nacionalidade originária (primária ou atribuída).....	572
2.1.1. Critério territorial.....	572
2.1.2. Critério sanguíneo	573
2.2. Nacionalidade adquirida (secundária, derivada ou de eleição)	573
2.2.1. Naturalização tácita (grande naturalização ou naturalização coletiva).....	574
2.2.2. Naturalização expressa	574
2.3. Quadro: espécies de nacionalidade.....	576
3. Quase nacionalidade	577
4. Diferenças de tratamento entre brasileiro nato e naturalizado	577
4.1. Cargos privativos.....	577
4.2. Assentos no Conselho da República	578
4.3. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão	578
4.4. Extradicação	578
4.4.1. Crimes políticos e de opinião.....	580
4.4.2. Retroatividade dos tratados de extradicação	581
4.4.3. Medidas de retirada compulsória: repatriação, deportação e expulsão	581
4.5. Quadro: diferenças de tratamento	583
5. Perda do direito de nacionalidade	583

Capítulo 25 ► Dos direitos políticos	587
1. Aspectos introdutórios.....	587
2. Espécies.....	587
2.1. Direitos políticos positivos.....	587
2.1.1. Direito de sufrágio.....	588
2.1.2. Alistabilidade (capacidade eleitoral ativa).....	588
2.1.3. Elegibilidade (capacidade eleitoral passiva).....	591
2.2. Direitos políticos negativos.....	593
2.2.1. Inelegibilidades.....	593
2.2.1.1. Inelegibilidade relativa em razão do cargo.....	594
2.2.1.1.1. Cargos eletivos.....	594
2.2.1.1.2. Cargos não eletivos.....	597
2.2.1.2. Inelegibilidade relativa em razão do parentesco (inelegibilidade reflexa).....	599
2.2.1.3. Casos de inelegibilidade voltados à proteção da moralidade política.....	601
2.2.2. Perda e suspensão dos direitos políticos.....	603
2.2.2.1. <i>Recall</i>	605
2.3. Quadro: espécies de direitos políticos.....	606
3. “Princípio” da anterioridade eleitoral.....	607
4. Dos partidos políticos.....	608
4.1. Coligações partidárias.....	610
4.2. Cláusula de barreira (ou cláusula de desempenho).....	610
4.3. Fidelidade partidária.....	613
5. Sistemas eleitorais.....	615
5.1. Sistema majoritário.....	615
5.2. Sistema proporcional.....	615
5.3. Sistema misto.....	617
5.4. O modelo “distrital”.....	617
5.5. Quadro comparativo.....	618

TÍTULO V

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Capítulo 26 ► A federação brasileira	621
1. Aspectos gerais.....	621
1.1. Elementos constitutivos do Estado.....	621
1.2. Formas de Estado.....	622
1.2.1. Estado unitário (ou simples).....	622
1.2.2. Estado composto.....	622
1.2.3. União incorporada.....	624
2. Centralização e descentralização.....	624
3. Características essenciais.....	624
3.1. Quadro: Estado Federal.....	625

4. Autonomia dos entes federativos	625
5. Tipos de federalismo	626
5.1. Quanto ao surgimento (ou quanto à origem)	627
5.2. Quanto à repartição de competências	627
5.3. Quanto à concentração do poder	628
5.4. Quanto à homogeneidade na distribuição de competências	629
5.5. Quanto às características dominantes do modelo federal	630
5.6. Quanto às esferas ou centros de competência	631
5.7. Quadro: tipos de federalismo	631
6. Análise histórica	632
7. Repartição de competências	633
7.1. Critérios utilizados na repartição de competências	634
7.1.1. Campos específicos de competência legislativa e administrativa	635
7.1.2. Possibilidade de delegação	636
7.1.3. Competências administrativas (ou materiais) comuns	636
7.1.4. Competências legislativas concorrentes	637
7.1.5. Quadro: repartição de competências	641
7.2. Competências privativas e exclusivas	642
8. Organização político-administrativa	642
8.1. Capital Federal	643
8.2. Incorporação, subdivisão e desmembramento de Estados	644
8.3. Criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios	645
9. Da intervenção	646
9.1. Intervenção federal	647
9.1.1. Pressupostos materiais	647
9.1.2. Pressupostos formais	648
9.1.3. Controle político e jurisdicional da intervenção	649
9.2. Intervenção estadual	650
9.2.1. Pressupostos materiais	650
9.2.2. Pressupostos formais	651
9.2.3. Controle político	651
9.3. Quadro: espécies de intervenção	652
Capítulo 27 ► Da União	653
1. Posição da União na federação brasileira	653
2. Competências	653
3. Leis nacionais e leis federais	654
4. Bens da União	654
Capítulo 28 ► Dos Estados federados	657
1. Autonomia dos Estados federados	657
1.1. Auto-organização	657
1.1.1. Princípios limitativos	659

1.2. Autolegislação	661
1.3. Autogoverno	662
1.3.1. Do Poder Legislativo estadual	663
1.3.1.1. Das garantias do Poder Legislativo estadual	664
1.3.2. Do Poder Executivo estadual	666
1.4. Autoadministração	668
2. Regiões metropolitanas	669
3. Dos bens dos estados	670
4. Iniciativa popular no âmbito estadual	671
Capítulo 29 ► Dos Municípios	673
1. O município como ente federativo	673
2. Auto-organização	673
2.1. Composição das Câmaras Municipais	674
2.2. Estatuto dos Vereadores	674
2.3. Responsabilização dos Prefeitos	676
3. Autolegislação	677
4. Autogoverno	679
5. Autoadministração	680
6. Fiscalização orçamentária e financeira	680
Capítulo 30 ► Do Distrito Federal e Territórios	683
1. Distrito federal	683
1.1. Natureza jurídica	683
1.2. Auto-organização	684
1.3. Autolegislação	684
1.4. Autogoverno	685
1.5. Autoadministração	685
2. Territórios	685
3. Quadro: autonomias atribuídas aos entes federativos	687

TÍTULO VI

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

Capítulo 31 ► Da Administração Pública	691
1. A constituição administrativa	691
2. Estrutura e organização	692
3. princípios constitucionais da Administração Pública	695
3.1. Legalidade	695
3.2. Impessoalidade	696
3.3. Moralidade	697
3.4. Publicidade	697
3.5. Eficiência	698

4. Agentes públicos.....	698
4.1. Cargos, empregos e funções.....	698
4.2. Espécies de agentes públicos.....	699
4.2.1. Agentes políticos.....	699
4.2.2. Servidores estatais.....	699
4.2.2.1. Servidores públicos.....	700
4.2.2.1.1. O fim do Regime Jurídico Único.....	701
4.2.2.1.2. O regime jurídico estatutário.....	704
4.2.2.2. Empregados públicos.....	711
4.2.2.3. Militares.....	713
4.2.2.4. Servidores temporários.....	714
4.2.2.5. Particulares em colaboração com o Poder Público.....	714
4.3. Quadro: Agentes Públicos.....	715
Capítulo 32 ► Poder Legislativo.....	717
1. Estrutura.....	717
2. Funções.....	717
3. Deputados e senadores.....	718
4. Atribuições do Congresso Nacional.....	719
5. Sessões legislativas.....	720
6. Mesas diretoras.....	721
7. Comissões parlamentares.....	722
7.1. Comissão representativa do Congresso Nacional.....	723
7.2. Comissão parlamentar de inquérito federal.....	723
7.2.1. Requisitos para a criação.....	724
7.2.2. Poderes.....	725
7.2.3. Limites.....	729
7.2.4. Quadro – Comissão parlamentar de inquérito.....	731
7.3. Comissão parlamentar de inquérito estadual.....	731
7.4. Comissão parlamentar de inquérito municipal.....	732
8. Estatuto dos parlamentares federais.....	733
8.1. Imunidade material (inviolabilidade).....	734
8.2. Imunidade formal.....	737
8.3. Prerrogativa de foro.....	739
8.4. Incompatibilidades.....	743
8.5. Perda do mandato: hipóteses de cassação e extinção.....	744
9. Quadro: competências.....	746
Capítulo 33 ► Processo legislativo.....	747
1. Aspectos introdutórios.....	747
2. Espécies de processo legislativo.....	748
3. Processo legislativo ordinário.....	748
3.1. Fase introdutória.....	748

3.1.1. Iniciativa	748
3.2. Fase constitutiva.....	750
3.2.1. Sanção e veto.....	754
3.3. Fase complementar.....	755
3.4. Quadro: processo legislativo ordinário.....	756
4. Processo legislativo sumário.....	757
5. Processos legislativos especiais.....	758
5.1. Emendas à Constituição	758
5.2. Leis complementares.....	759
5.3. Medidas provisórias	760
5.3.1. Prazo de vigência.....	761
5.3.2. Regime de urgência	761
5.3.3. Trâmite	762
5.3.4. Rejeição.....	763
5.3.5. Revogação.....	764
5.3.6. Limitações materiais.....	764
5.3.7. Edição de medidas provisórias nos Estados e Municípios	766
5.3.8. Controle de constitucionalidade das medidas provisórias	767
5.4. Leis delegadas	768
5.4.1. Processo legislativo	768
5.4.2. Sustação	769
5.4.3. Limitações materiais.....	769
5.5. Decreto legislativo	770
5.6. Resoluções	770
5.7. Quadro comparativo: processo legislativo	771
Capítulo 34 ► Tribunal de Contas.....	773
1. Aspectos introdutórios.....	773
2. Tribunal de Contas da União.....	773
2.1. Competências.....	774
2.1.1. Competência fiscalizadora.....	775
2.1.2. Competência judicante.....	775
2.1.3. Competência sancionatória	776
2.1.4. Competência consultiva.....	777
2.1.5. Competência informativa.....	777
2.1.6. Competência corretiva.....	777
3. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.....	778
4. Tribunais de contas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.....	778
Capítulo 35 ► Poder Executivo	781
1. Sistemas de governo	781
1.1. Parlamentarismo.....	781
1.2. Presidencialismo.....	782

1.3. Semipresidencialismo (ou semiparlamentarismo).....	782
2. Competências do Presidente da República	783
3. Substituição e sucessão do Presidente da República	785
4. Decretos e regulamentos.....	787
5. Ministros de Estado.....	789
6. Funcionários públicos	790
7. Da responsabilidade do Presidente da República.....	790
7.1. Crimes de responsabilidade	790
7.2. Crimes comuns.....	794
7.3. Imunidade à prisão cautelar	794
7.4. Irresponsabilidade penal relativa	794
8. Da responsabilidade dos governadores dos Estados e do Distrito Federal.....	795
8.1. Crimes comuns.....	795
8.2. Crimes de responsabilidade.....	797
9. Da responsabilidade dos prefeitos	798
10. Quadro: competências.....	799
11. A responsabilização político-administrativa dos agentes políticos	800

Capítulo 36 ► **Poder Judiciário** **803**

1. Aspectos introdutórios.....	803
1.1. Funções típicas e atípicas	803
1.2. Estrutura organizacional.....	804
2. Disposições gerais.....	805
2.1. Garantias institucionais.....	806
2.2. Garantias funcionais	806
2.2.1. Vedações.....	808
2.3. Tempo de “atividade jurídica” para ingresso na magistratura.....	810
2.4. Órgão especial	811
2.5. Quinto constitucional.....	811
2.6. Cláusula da reserva de plenário (regra do <i>full bench</i>)	812
2.7. Juizados especiais	812
2.8. Justiça de Paz	814
2.9. Precatório	814
2.9.1. Regime dos precatórios.....	815
2.9.2. Dispensa de precatório.....	819
2.9.3. Prazo para pagamento	820
2.9.4. Honorários advocatícios	823
2.9.5. Sequestro da quantia devida	824
2.9.6. Intervenção federal e estadual.....	825
2.9.7. Possibilidade de compensação.....	826
2.9.8. Leilão	826
3. Conselho Nacional de Justiça.....	826
3.1. Composição	827
3.2. Competências.....	828

4. Supremo Tribunal Federal	831
4.1. O papel do Supremo Tribunal Federal	832
4.2. Competências.....	835
4.2.1. Proteção constitucional.....	835
4.2.2. Crimes comuns e de responsabilidade.....	835
4.2.3. Tutela das liberdades constitucionais	837
4.2.3.1. <i>Habeas corpus</i>	837
4.2.3.2. Mandado de segurança e <i>habeas data</i>	838
4.2.3.3. Mandado de injunção.....	838
4.2.4. Litígios e conflitos	838
4.2.5. Outras competências.....	839
4.3. Recurso extraordinário	840
4.3.1. Aspectos introdutórios	840
4.3.1.1. Pré-questionamento.....	843
4.3.1.2. Prévio esgotamento da instância ordinária	844
4.3.1.3. Impossibilidade de reexame de fatos e provas	845
4.3.2. Repercussão geral.....	846
4.3.3. Hipóteses de cabimento.....	847
4.3.2.1. Violação a dispositivo constitucional	848
4.3.2.2. Declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	849
4.3.2.3. Declaração de constitucionalidade de lei ou ato de governo local	849
4.3.2.4. Declaração de validade de lei local contestada em face de lei federal...	850
4.4. Súmula vinculante	850
4.4.1. Natureza	851
4.4.2. Pressupostos constitucionais.....	851
4.4.3. Requisitos constitucionais	852
4.4.4. Extensão dos efeitos.....	853
4.4.5. Quadro: súmula vinculante	854
4.5. Reclamação constitucional.....	855
5. Superior Tribunal de Justiça	858
5.1. Competências.....	858
5.1.1. Proteção do ordenamento jurídico federal.....	858
5.1.1.1. Contrariedade ou negativa de vigência a tratado ou lei federal	859
5.1.1.2. Conflito entre ato de governo local e lei federal	860
5.1.1.3. Divergência jurisprudencial	860
5.1.2. Crimes comuns e de responsabilidade.....	861
5.1.3. Tutela das liberdades constitucionais	862
5.1.3.1. Mandado de segurança e <i>habeas data</i>	862
5.1.3.2. <i>Habeas corpus</i>	862
5.1.3.3. Mandado de injunção.....	863
5.1.4. Litígios e conflitos	863
5.1.5. Outras competências.....	864
6. Tribunais Regionais Federais e juízes federais	864

6.1. Composição	865
6.2. Competência	865
6.2.1. Litígios e conflitos	865
6.2.2. Competência criminal.....	866
6.2.3. Tutela das liberdades constitucionais e direitos humanos	867
6.2.4. Outras competências.....	868
6.3. Foro das causas de interesse da União	869
7. Tribunais e juízes do Trabalho	869
7.1. Composição	870
7.2. Competência.....	871
7.2.1. Competência dos Tribunais do Trabalho.....	873
8. Tribunais e juízes Eleitorais.....	873
8.1. Estrutura e composição.....	874
8.2. Competência.....	875
9. Tribunais e juízes Militares.....	876
9.1. Estrutura e composição.....	876
9.2. Justiça Militar da União.....	876
10. Tribunais de Justiça e juízes estaduais	877
10.1. Justiça Militar estadual.....	878

TÍTULO VII

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

Capítulo 37 ► Ministério Público.....	883
1. Definição constitucional.....	883
2. Natureza jurídica.....	884
3. Princípios institucionais.....	885
3.1. Princípio da unidade.....	885
3.2. Princípio da indivisibilidade.....	885
3.3. Princípio da independência funcional.....	886
3.4. Princípio do promotor natural.....	886
4. Estrutura orgânica.....	887
4.1. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	888
4.2. Conselho Nacional do Ministério Público	889
5. Procurador-Geral da República	891
6. Procurador-Geral de Justiça	892
7. Funções institucionais	893
7.1. Ação penal pública.....	894
7.1.1. Poder de investigação criminal.....	895
7.2. Inquérito civil e ação civil pública	896
7.3. Controle de constitucionalidade.....	898
7.4. Controle externo da atividade policial.....	898
7.5. Outras funções.....	899
8. Ingresso na carreira	900

9. Garantias	902
9.1. Vitaliciedade.....	902
9.2. Inamovibilidade	903
9.3. Irredutibilidade de subsídio	903
10. Vedações.....	904
Capítulo 38 ► Advocacia Pública.....	907
1. Aspectos introdutórios.....	907
2. Regime funcional.....	907
3. Advocacia-Geral da União.....	908
3.1. Advogado-Geral da União	910
4. Procuradores dos Estados e do Distrito Federal	911
4.1. Regime jurídico.....	913
5. Procuradores dos Municípios.....	914
Capítulo 39 ► Advocacia e Defensoria Pública.....	915
1. Advocacia	915
1.1. Princípio da indispensabilidade do advogado	915
1.2. Princípio da inviolabilidade do advogado	916
1.3. Prisão cautelar.....	917
1.4. Estatuto da Advocacia	917
2. Defensoria Pública	919
2.1. Normas gerais de organização das defensorias públicas	921
2.2. Autonomia funcional e administrativa.....	924
2.3. Princípios institucionais	925

TÍTULO VIII

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Capítulo 40 ► Estado de defesa e estado de sítio	929
1. Aspectos introdutórios.....	929
2. Estado de defesa.....	929
3. Estado de sítio	930
Capítulo 41 ► Forças Armadas.....	933
1. Definição e papel constitucional.....	933
2. Punições disciplinares.....	933
3. Regime jurídico	934
4. Serviço militar obrigatório.....	936
Capítulo 42 ► Segurança pública	937
1. Finalidade	937
2. Polícia ostensiva e polícia judiciária	938

TÍTULO IX
TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO

Capítulo 43	► Sistema Tributário Nacional	945
1.	A Constituição Tributária.....	945
1.1.	Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar	946
2.	Características gerais do sistema pré-reforma.....	951
3.	A Reforma Tributária (EC 132/2023).....	953
3.1.	Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).....	954
3.2.	Contribuição sobre produtos primários e semielaborados	955
3.3.	Alterações nos tributos já existentes	956
Capítulo 44	► Finanças Públicas.....	959
1.	A Constituição Financeira.....	959
2.	Princípios da atividade financeira do estado.....	960

TÍTULO X
ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

Capítulo 45	► Ordem Econômica	967
1.	A Constituição Econômica	967
2.	Fundamentos e princípios gerais	968
2.1.	Soberania nacional	971
2.2.	Propriedade privada e sua função social.....	972
2.3.	Livre concorrência	973
2.3.1.	Formas de intervenção do Estado no domínio econômico	973
2.3.1.1.	Intervenção indireta.....	973
2.3.1.2.	Intervenção direta.....	974
2.4.	Defesa do consumidor.....	976
2.5.	Defesa do meio ambiente.....	978
2.6.	Redução das desigualdades regionais e sociais e busca do pleno emprego	978
2.7.	Tratamento favorecido para empresas de pequeno porte.....	978
Capítulo 46	► Sistema Financeiro Nacional	979
1.	Sistema Financeiro Nacional	979
2.	Quadro: ordem econômica e financeira	980

TÍTULO XI
ORDEM SOCIAL

Capítulo 47	► Seguridade social	985
1.	Disposições gerais.....	985
2.	Objetivos	985

3. Financiamento	988
4. Da saúde.....	993
4.1. Critérios para a adjudicação de medicamentos	995
4.2. Custeio do Sistema Único de Saúde	1003
4.3. Diretrizes do Sistema Único de Saúde	1006
4.4. Assistência à saúde e iniciativa privada	1006
4.5. Competências do Sistema Único de Saúde	1007
5. Da previdência social.....	1008
5.1. Organização.....	1008
5.2. Benefícios	1009
5.3. Valor dos benefícios	1014
6. Da assistência social	1015
Capítulo 48 ► Educação, cultura e desporto.....	1019
1. Da educação.....	1019
1.1. Princípios informadores do ensino	1020
1.2. Competências dos entes federativos.....	1024
2. Da cultura.....	1024
3. Do desporto	1026
Capítulo 49 ► Família, criança, adolescente e idoso.....	1029
1. Da família	1029
1.1. Proteção estatal da entidade familiar.....	1030
1.2. Divórcio	1031
2. Da criança, do adolescente e do jovem.....	1032
3. Do idoso	1034
Capítulo 50 ► Temática específica.....	1037
1. Ciência, tecnologia e inovação.....	1037
2. Comunicação social	1038
2.1. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão	1041
3. Meio ambiente.....	1041
3.1. Destinatários do direito ao meio ambiente e do dever de proteção.....	1043
3.2. Princípios informadores do direito ambiental	1043
3.3. Efetividade do direito ao meio ambiente	1044
3.4. Responsabilização ambiental.....	1046
4. Índios	1047
4.1. Princípios informadores.....	1048
4.2. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	1048
Referências bibliográficas.....	1053
Índice remissivo	1083